

O genocídio no Ruanda: dez anos depois

Publicação: [O Mundo em Português Nº 55](#)

Data de Publicação: Abril/Maio 2004

Autor: Alexandra Barahona de Brito

Entre Abril e Julho de 1994, o Ruanda sofreu 100 dias de terror que ficam gravados na memória histórica mundial: 800 mil pessoas – tutsis e hutus moderados, das quais cerca de 300 mil eram crianças – foram alvo de uma vaga genocida levada a cabo por milícias Hutu, após o assassinato do presidente Hutu Juvenal Habyarimana. Dez anos depois, lembramo-nos não só das vítimas, mas também da inacção da comunidade internacional. Embora se tenham multiplicado os pedidos de desculpa por antigos poderes coloniais e países ocidentais, o facto é que não preveniu nem sequer se conseguiu pôr termo à violência das milícias hutu. Quando o genocídio terminou, com a tomada de poder pelas forças rebeldes Tutsi, a Frente Patriótica (FP), o Ruanda e a comunidade internacional tentaram lidar com estes eventos com julgamentos: para julgar os crimes, foi criado Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, o segundo tribunal internacional do pós-Segunda Guerra. Em Março de 2004 já tinham sido detidas 66 pessoas e julgadas 21. Neste momento decorre o julgamento de outras 20. Entre os presos está Jean Kambanda, o antigo primeiro-ministro. A sentença contra Kambanda foi histórica: foi a primeira decidida por um tribunal internacional pelo crime de genocídio, e contra um chefe de estado. No Ruanda, os processos legais tiveram início em 1996. Em 1998 já tinham sido detidas 100.000 pessoas e julgadas 1.100, das quais 840 foram condenadas e pelo menos 22 executadas. Até à data foram julgadas 5.300 pessoas, menos de 5% dos detidos, por falta de recursos. Para lidar com o enorme volume de casos, o governo de Paul Kagame estabeleceu um sistema de justiça que se baseia no antigo sistema pré-colonial de resolução de conflitos em comunidade, chamado gacaca. Os milhares de «novos juízes» gacaca podem julgar arguidos de baixa patente, acusados de crimes menores, e podem conceder reduções de sentenças em troca de confissões voluntárias e um pedido de perdão. Tanto os processos pré como pós gacaca têm sido alvo de grandes críticas pela ausência de garantias em relação aos direitos básicos dos arguidos. O Ruanda está hoje em vias de recuperação: existe paz e alguma prosperidade, e a maior parte dos Hutus derrotados pela FP já regressou do Congo, para onde tinham fugido. Mas persistem os problemas latentes da pobreza rural e da

divisão étnica – por agora abafada. A resolução destes problemas requer debate, distribuição e participação, mas até agora o governo da FP não tolera a oposição. Intocadas estão as raízes do mal, e como feridas mal curadas, as marcas do genocídio ficaram gravadas em sucessivas gerações. Citando o Standard do Quênia, o Ruanda «permanece um estudo de caso de massacres previstos, avisos ignorados, e a matança a rebentar sob os nariz das forças da ONU, cujo mandato não era suficientemente potente para parar a matança. Das ruínas do Ruanda, o mundo deverá aprender uma amarga lição sobre o papel da ONU como guardiã da paz».